



WWW.RELAHO.ORG

HISTÓRIA ORAL DA LUTA DOS TRABALHADORES  
RURALS SEM-TERRA EM SERGIPE (1985-1996):  
UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO COM A ENTREVISTA DE  
GUIDO BRANCO

**Antônio Fernando de Araújo Sá\***

---

\* Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá, Departamento de História e do Mestrado em Letras, Universidade Federal de Sergipe

## HISTÓRIA ORAL DA LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA EM SERGIPE (1985-1996): UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO COM A ENTREVISTA DE GUIDO BRANCO<sup>1</sup>

*“A gente tem que se libertar, a gente não quer ser mais escravo,  
porque quando a pessoa passa fome, então ele é escravo.  
Quando ele não tem recurso, ele é escravo.  
Quando ele não tem educação, ele também é escravo.  
E a vida toda continua a ser um escravo.  
E a gente quer sair desta escravidão”.*

**Michel Dessy**  
**(Guido Branco)**

A produção historiográfica sobre o mundo rural sergipano tem privilegiado, sobremaneira, o enfoque estrutural, especialmente o avanço das relações de produção capitalistas no campo, esquecendo-se, com raras exceções, da experiência da luta dos trabalhadores rurais em seu fazer-se. Esta tendência pode ser percebida num breve levantamento sobre a produção intelectual do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, seguramente o principal centro de reflexão sobre a temática em Sergipe.

Sem obliterar a importância das determinações econômicas nas ações dos homens, intencionamos neste capítulo analisar a trajetória de luta dos assentados em reforma agrária em Sergipe, entre os anos de 1985 e 1996, tomando como ponto de partida a entrevista realizada no dia 25 de maio de 1997, com um dos líderes do assentamento Barra da Onça, Michel Dessy, mais conhecido na região como Guido Branco.

O depoimento faz parte do Projeto de Alfabetização e Educação para Jovens e Adultos nos Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária, do qual faço parte, que tem como um dos seus objetivos a formação de um acervo de história oral em torno da luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra como subsídio para a alfabetização nas áreas de reforma agrária<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Publicado na revista **Universidade e Sociedade**. São Paulo, ano VIII, nº 16, junho de 1998.

<sup>2</sup> Este artigo faz parte do sub-projeto *História Oral da Vida Camponesa: assentamentos e acampamentos de reforma agrária em Sergipe (1985-1996)*, realizado dentro do *Projeto de Alfabetização de Adultos nos Assentamentos de Reforma Agrária do Estado de Sergipe*, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alfabetização (NEPA) do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Agradeço a inestimável colaboração da professora Neide Sobral, dos estudantes Maria Helena Santos, Carlos Antônio Santos e Esmeraldo Leal dos Santos e o financiamento do Programa de Qualificação Profissional do Ministério do Trabalho e da Secretaria do Bem-Estar Social e do Trabalho do Estado de Sergipe.

Um dos equívocos mais comuns é confundir história oral com a sua unidade, que é a entrevista. A história oral como fonte histórica remete a um *conjunto* de depoimentos que, por princípio, deve abarcar de maneira ampla os problemas centrais da investigação; já a entrevista, como todo documento, limita-se a fornecer um fragmento útil (às vezes vital) à reconstituição de fenômenos, acontecimentos ou fatos<sup>3</sup>.

Neste sentido, a análise deste depoimento é apenas uma primeira aproximação às questões que serão levantadas no *conjunto* de entrevistas sobre a temática dos assentamentos de reforma agrária em Sergipe. Contudo, a escolha de Michel Dessy residiu na intensa atividade política, religiosa e sindical na Diocese de Propriá, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nossa Senhora da Glória, na fundação do Partido dos Trabalhadores, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e nas ocupações de terra do Estado de Sergipe, desde 1985, possibilitando-nos um rico painel sobre a ação dos trabalhadores rurais, no cenário político contemporâneo em Sergipe, especialmente sobre a militância católica na luta social do período.

É um período de intensa mobilização por parte destes trabalhadores, favorecida pela conjuntura de descompressão política iniciada com a transição democrática. As estratégias utilizadas na luta pela posse da terra foram alteradas no final dos anos 70, com os acampamentos e ocupações, que contavam com a participação das famílias de trabalhadores rurais - homens, mulheres e crianças -, imprimindo uma ruptura com as práticas dominantes de difusão legal da reforma agrária através do Estatuto da Terra e as orientações dadas em grande parte pelas representações sindicais dos trabalhadores rurais.

Ainda que as primeiras ocupações de terra em Sergipe datem de 1963, realizada na Fazenda Bica, de propriedade da Rede Ferroviária Federal Leste Brasileira, sua intensificação, seguindo a conjuntura nacional da luta pela terra, se dá a partir da luta dos pequenos proprietários do Betume, em Propriá, contra a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e dos índios Xocó pela posse da Ilha de São Pedro, em Porto da Folha, contra a família Brito, no final dos anos 70, ambas com o apoio decisivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Propriá. Desde então, a região do Baixo São Francisco é a de maior incidência de conflitos de terra, ocasionada tanto pela extrema miséria e exploração a que estão submetidos os trabalhadores rurais, como pela atuação desta Diocese contra este estado de coisas, através do Movimento de Educação de Base (MEB) e da CPT, em conjunto com os sindicatos de trabalhadores rurais (STR's) da região, especialmente os de Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Porto da Folha.

Inclusive, as direções destes sindicatos participaram, decisivamente, da ocupação da Fazenda Barra da Onça, no município de Poço Redondo, no ano de 1985. A mobilização de entidades da sociedade civil - partidos, sindicatos e o movimento estudantil - teria também um relevante papel na resolução do conflito de Barra da Onça. Um Comitê de Apoio Permanente à Luta dos Trabalhadores Rurais foi criado em 25 de julho de 1985, como forma de aglutinar os setores urbanos em defesa da reforma agrária, realizando campanhas para coletar mantimentos e atos públicos na capital e sede do município. Pela combatividade e resistência, a Fazenda Barra da Onça foi o primeiro imóvel desapropriado por interesse social para fins de reforma agrária no Estado de Sergipe, tornando-se um dos símbolos da luta pela terra e Guido Branco, um dos líderes do assentamento<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> CAMARGO, Aspásia. Introdução. **Programa de História Oral: Catálogo de Depoimentos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1981, p. 19-20.

A história oral da luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra, no campo sergipano, é aqui encarada como uma alternativa à história oficial, na medida em que promove uma democratização da própria visão de história, demonstrando que todos os cidadãos comuns são sujeitos da história e parte integrante do processo de luta pela afirmação da cidadania.

Nesta perspectiva, as fontes orais são uma condição necessária, mas não suficiente, para uma história das classes não hegemônicas e a constituição de um acervo em história oral pode possibilitar a recuperação da auto-estima dos alfabetizados enquanto sujeitos da história contemporânea, servindo, inclusive, de suporte didático para o processo cognitivo da apreensão do mundo por parte deles, através da produção de vídeos e cartilhas sobre a história de cada acampamento e assentamento.

## O ator e a (sua) história

Michel Dessy (Guido Branco) nasceu no povoado Sové, província de Namur, na Bélgica, em 17 de outubro de 1938, filho de ferreiro e de agricultora. De sua infância, ele lembra das traumáticas experiências vividas à época da Segunda Guerra Mundial, quando seu pai ficou preso durante quatro anos, num campo de concentração nazista, na Prússia. Dessy recorda os amigos fuzilados, seu país ocupado pelos nazistas, a vida dura dos camponeses belgas.

Aos quinze anos, o entrevistado completou seus estudos num colégio de padres redentoristas. Sua preferência pelas artes manuais, fizeram-no se afastar dos bancos escolares. Ao entrar na Congregação dos Padres Redentoristas, Guido Branco atua como irmão leigo e aprende vários ofícios como o de marceneiro, pedreiro e motorista.

Hélio Damante, em pequeno artigo publicado sobre a atuação da congregação redentorista em São Paulo, afirma que as principais características desta ordem, criada no século XVIII, por Santo Afonso Maria de Ligório, eram a intervenção decisiva de irmãos leigos ao lado dos padres em suas missões de evangelização e o fato de serem ambos excelentes tocadores de obras e ações comunitárias<sup>5</sup>

Através da Congregação, Michel Dessy missiona como irmão leigo ao Brasil, em companhia de dois padres, para atuar em Propriá, no Estado de Sergipe. Sua chegada, em janeiro de 1964, coincide com a preparação do golpe de 1964, mas o que mais o choca é o fato de os cidadãos comerem lixo nas ruas de Aracaju. A intenção da missão redentorista era ajudar o bispo Dom José Brandão de Castro, partícipe da ordem, no auxílio das classes menos favorecidas:

*“Eu quero lembrar que a missão específica dos padres redentoristas lá em Propriá era para ajudar o bispo Dom José Brandão de Castro que era o bispo da Diocese de Propriá. Como tinha escassez de padre (...) e de leigos engajados, então ele foi, um dia ele passou lá na Bélgica, ele foi no convento dos padres redentoristas, porque ele*

---

<sup>4</sup> Para uma análise dos conflitos de terra em Sergipe no período analisado, consultar SILVA, Rosemiro M. da & LOPES, Eliano S.A. - **Conflitos de Terra e Reforma Agrária em Sergipe**. São Cristóvão/Aracaju: Edufs/Secretaria de Estado da Irrigação e Ação Fundiária, 1996; OLIVEIRA, Neilza Barreto de. **Lutando pela Terra: abrindo mão de um poder alternativo**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, 1996 (Dissertação de Mestrado).

<sup>5</sup> DAMANTE, Hélio. Padres Redentoristas, Cem Anos de Aparecida. **Notícia Bibliográfica e Histórica**. Campinas, ano XXVII, n. 159, out./dez. 1995, p. 293-294.

*também fazia parte da congregação( ...). Então, tem padres que decidiram de vir aqui ao Brasil. Eu como tava também interessado de sair lá da Bélgica pra conhecer também outras regiões e também como a nossa missão era de se dedicar as classes dos mais pobres”.*

Coetânea a sua chegada, o bispo diocesano de Aracaju, D. José Vicente Távora, preocupado com a situação de miséria do homem do campo, desencadeou intensa campanha de sindicalização rural, através da Rádio Cultura e do jornal **A Cruzada**, visando impedir a expansão da atuação do comunismo no campo sergipano. Paralelamente à campanha, o bispo também incentivou o trabalho de alfabetização de adultos através das escolas radiofônicas, que incluíam cursos e palestras sobre o sindicalismo e a questão agrária. Como fruto deste trabalho da Igreja Católica, surgem os primeiros sindicatos rurais registrados na Delegacia Estadual do Ministério do Trabalho: STR de Aquidabã, de Nossa Senhora da Glória, de Itaporanga, de Nossa Senhora das Dores, de Japarutuba e Simão Dias<sup>6</sup>.

Dentro da Diocese de Propriá, Guido Branco atuou na ação social da paróquia junto às classes mais pobres, principalmente no serviço de saúde como enfermeiro, devido a sua experiência no serviço militar belga. Esta atividade causou-lhe problemas com os políticos da região de Propriá, que utilizavam o transporte de doentes para os hospitais com fins políticos:

*“Eu, como na Bélgica, tinha feito meu serviço militar no serviço de saúde, a gente era um enfermeiro prático, isto também me foi muito útil, porque na cidade de Propriá os pobres eram totalmente abandonados. Eu fiz várias vezes com orientação dos médicos tratamento de tuberculose. Naquela época era um caso sério, tínhamos que aplicar injeção durante 90 dias, quer dizer que não [podíamos] sair da cidade. Todos aqueles casos graves, os doentes mentais, a gente conseguia internar eles lá em Aracaju. Em Aracaju, eu tinha já pegado um nome, nome de trovão, porque era o furacão dos hospitais, porque eu conseguia internar qualquer pessoa”.*

*“... depois eu já tinha internado centenas e centenas de doentes lá em Aracaju, os políticos começaram a agir achando que uma pessoa como a gente que não era ligado à política, só era em benefício dos pobres, uma ação social da paróquia, então começaram a cortar as asas da gente”.*

No âmbito da Igreja Católica, algumas iniciativas indicavam a passagem de uma perspectiva assistencialista para uma intervenção na promoção da justiça social. É fundamental lembrar que, nos anos 70, um conjunto de ações da Igreja Católica indicavam a opção preferencial pelos pobres como a criação da Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Propriá/SE (1976), a Assembléia Pastoral de 1979 e a Carta Pastoral do bispo D. José Brandão de Castro. Inclusive a CPT subscreve ideologicamente as linhas de ação da entidade nacional, que, no ano de 1977, define o sindicato “como o lugar apropriado de atuação organizada do trabalhador cristão”<sup>7</sup>.

É neste contexto que se efetiva uma mudança de rumo na vida do entrevistado, no sentido de uma participação mais direta na luta dos trabalhadores rurais no campo, quando ele vai ajudar, ao lado do padre Domingos, na fundação da Cooperativa de Camurupim, no povoado de Santa Cruz, em

<sup>6</sup> CRUZ, Marta Vieira. **Igreja Católica e Sindicato no Campo: conservadorismo ou transformação?** . São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992 (Tese de Doutorado em Educação); BARROS, Francisca A. G. - Alfabetização de Jovens e Adultos: A Experiência das Escolas Radiofônicas em Sergipe (1959-1964). In: **Educar-Se**. Aracaju, ano 1, n. 1, setembro de 1996.

<sup>7</sup> CRUZ, Marta Vieira. op. cit., capítulo II.

Propriá. Ainda que mantivesse sua atividade como assistente social na sede do município, Guido Branco trabalhava como tratorista e pedreiro na cooperativa durante o período de 1970 a 1977:

*“Começamos então nossa luta no campo e lá aprendi também a dirigir, não é, tratores, as máquinas, pelejar com motor-bomba, não é, é que lá tinha também plantações de arroz. A gente aprendeu a arte também de pedreiros. E assim tudo que a gente aprendeu serviu bastante para os outros anos de luta”.*

Segundo o seu depoimento, a partir desta experiência na cooperativa de Camurupim, no município de Propriá, intensificar-se-á sua atuação política na Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Propriá, a partir de 1976, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nossa Senhora da Glória, a partir de 1977, e, depois, na criação do Partido dos Trabalhadores e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na década de 1980, bem como nas ocupações de terras em Santana dos Frades, Barra da Onça e Cruiri.

Estas intervenções foram realizadas dentro de uma nova dimensão ético-política da Igreja Católica, em sua opção pela defesa dos mais pobres, no sentido de ajudar na conquista da cidadania pelo homem do campo, através de sua organização em sindicatos de trabalhadores rurais, em partidos políticos, nos movimentos sociais e nas ações da Diocese de Propriá, seguindo as orientações do bispo, D. José Brandão de Castro:

*“A gente sabemos que para ser um cidadão temos que ter o mínimo necessário para viver como pessoa humana e não como escravo, como objeto. E a gente se organizando, por meio do sindicato, do partido, pela orientação também da Igreja, porque a Igreja também aqui da Diocese tinha feito opção pelos (...) pobres. Então, ela também ajudou muito, né, a trabalhar.(...) Então, a gente sabe (...) que (...) somos todos filhos de Deus quando a gente ajuda o outro e faz alguma coisa para se organizar e diminuir então a miséria (...).Então a gente ou começa a se organizar, enfrentando, né, tudo que pode vir pela frente, a gente tem que se organizar para poder então conquistar então um pedaço de terra (...)”.*

Em 1977, Guido Branco iniciou seu trabalho, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nossa Senhora da Glória, como promotor de saúde ou através da constituição de hortas comunitárias, mantendo ainda suas atividades no âmbito da Ação Social da Paróquia da cidade. Num primeiro momento, ele encontrou dificuldades em se filiar ao sindicato por não possuir um pedaço de terra e não trabalhar *“o tempo todo na terra”*, convencendo os dirigentes sindicais de suas ações sócio-políticas ligadas ao homem do campo:

*“... Eu mostrei aos dirigentes que eu já tinha trabalhado em cooperativa, que a gente já tinha trabalhado com tratores agrícolas, não era, (...) eu mostrei a eles que a gente era filho de camponês”.*

No final dos anos 70, o movimento sindical dos trabalhadores rurais ressurgiu com maior vigor, em continuidade com o movimento operário urbano, priorizando as campanhas salariais e a melhoria das condições de vida para o trabalhador. Esta atuação intencionava mobilizar a classe a associar-se aos sindicatos, mas mantinha-se ainda uma função assistencialista, sobretudo através do FUNRURAL que viabilizava a aposentadoria do trabalhador rural com idade avançada. A reativação do movimento sindical está ligado ao desejo do trabalhador rural em atenuar a pressão dos patrões e efetivar o reconhecimento de seus direitos.

Com a conquista da direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) pelo pernambucano José Francisco da Silva, em 1969, a entidade entrevistou positivamente

nos conflitos sociais que vinham a público, no sentido de inibir que as federações ou sindicatos a ela ligados realizassem alianças com políticos ou grandes proprietários locais. Nesta perspectiva, a atuação da CONTAG teve efeitos no sentido de assegurar a continuidade das lutas e articulação nacional dos trabalhadores rurais.

Por outro lado, diferentemente dos países europeus e latino-americanos, o sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil fez da luta pela terra o denominador comum de todas as categorias, confluindo, assim, interesses do sindicalismo rural e a pequena produção agrícola, na perspectiva de torná-la uma meta sindical. Nesta direção, o III Congresso da CONTAG, em 1979, reafirmou a luta pela reforma agrária, a anistia e a democracia, homenageando os lavradores e perseguidos políticos pela ditadura militar. Até 1985, a CONTAG era a principal referência no movimento sindical dos trabalhadores rurais, como pode ser visto nos arquivos desta entidade onde existem uma dezena de cartas de comunidades camponesas ligadas à Igreja Católica, denunciando omissões de sindicalistas e federações do Nordeste e solicitando a presença da Confederação<sup>8</sup>.

Acompanhando a conjuntura nacional, o movimento sindical dos trabalhadores rurais em Sergipe se aproxima da luta do “novo sindicalismo”, que reivindica a necessidade de se remodelar a idéia de sindicato, tornando-o um instrumento de luta dos trabalhadores rurais. Neste sentido, articulou-se no início dos anos 80, apesar da resistência de alguns setores do movimento sindical dentro da Federação dos Trabalhadores da Agricultura em Sergipe (FETASE), atrelados ao assistencialismo, a criação do Pólo Sindical do Baixo São Francisco, que congregava cerca de onze sindicatos da região, sob a influência da Diocese de Propriá: STR de Poço Redondo, Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha, Monte Alegre, Gararu, Nossa Senhora de Lourdes, Itabi, Graccho Cardoso, Ribeirópolis, Feira Nova e Propriá.

Esta época foi marcada pelo aprofundamento das disputas político-ideológicas no seio do movimento sindical dos trabalhadores rurais, em particular, no âmbito do Pólo Sindical, ocasionando o seu esfacelamento. Segundo Raimundo Cavalcante, isso pode ser percebido pelo fato das direções sindicais dos STR's de Porto da Folha e de Itabi se recusarem a se integrar na organização da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, sendo que os STR's de Poço Redondo e de Nossa Senhora da Glória foram a ponta de lança de sua formação, bem como do Partido dos Trabalhadores, inclusive compondo a comissão provisória de ambas as entidades, em conjunto com as representações dos trabalhadores urbanos, em especial a Associação dos Petroquímicos de Sergipe. Conforme informações colhidas por Eliano Lopes, o STR's de Porto da Folha se filiou à CONCLAT, evidenciando que possuíam propostas diferenciadas para o encaminhamento da questão agrária<sup>9</sup>.

Embora a idéia de ocupar terras viesse desde a criação do Pólo Sindical, foi somente a partir da Fazenda Barra da Onça, em 1985, que os trabalhadores rurais sergipanos resolveram iniciar novas formas de luta pela conquista da terra, liderados pela dissidência sindical de Poço Redondo. A organização do movimento com vistas a esta ocupação foi subsidiada pelas informações das estratégias de resistência à expulsão das ocupações de terras realizadas por trabalhadores rurais sem terra na região Centro-Sul do país, especialmente a partir de 1978<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> NOVAES, Regina. **Nordeste, Estado e Sindicalismo: O PAPP em Questão**. Rio de Janeiro: CEDI, 1994.

<sup>9</sup> Citado por CRUZ, Marta Vieira. op. cit., p. 119.

<sup>10</sup> LOPES, Eliano S. A. - A reforma agrária em Sergipe: notas preliminares sobre o projeto de assentamento Barra da Onça. In: **Geonordeste**. Aracaju, ano III, nºs 1 e 2, 1986, p. 63-90.

Na ocupação articularam-se três grupos distintos de trabalhadores rurais: o de Poço Redondo, o de Nossa Senhora da Glória e o de Porto da Folha. Tais grupos, seguindo as orientações da Diocese de Propriá, participaram ativamente do Pólo Sindical, mas suas estratégias de luta pela terra cada dia se antagonizavam. De um lado, segundo Neilza Oliveira, os grupos de Poço Redondo e Nossa Senhora da Glória reivindicavam a necessidade de radicalizar a luta no campo, com o desencadeamento do processo de ocupação de terras, ainda que divergissem quanto a estratégia de enfrentamento com o Estado. O grupo de Poço Redondo tendia a confrontos diretos, enquanto o de Glória apresentava-se mais moderado optando por um fortalecimento das ações na base sindical. Por outro lado, o grupo de Porto da Folha tendia a aguardar as decisões do Governo sobre a implantação da reforma agrária, ainda sob as bases do Estatuto da Terra, e estava subordinado à força política do Frei Enoque Salvador, pároco da cidade. É importante ressaltar que a Diocese de Propriá, no início arredia à ocupação, só mobilizou posteriormente a participação das famílias desta localidade na ocupação de Barra da Onça<sup>11</sup>.

No depoimento de Guido Branco, as informações sobre reuniões preparatórias para a ocupação não se fazem presente, bem como as divergências em torno das estratégias da luta pela terra, pois o seu envolvimento só se efetiva após a primeira expulsão dos trabalhadores rurais por parte da polícia militar, em 26 de setembro de 1985. Podemos afirmar que sua intervenção na ocupação da Fazenda Barra da Onça marca uma ruptura dentro de sua trajetória de vida, quando ao visitar o acampamento como agente pastoral da Paróquia de Nossa Senhora da Glória Guido Branco é preso e torturado, junto com o presidente do STR de Poço Redondo, Rubens Bispo dos Santos, por soldados liderados pelo tenente PM Wellington Costa, delegado regional de Nossa Senhora da Glória. O diálogo tenso com o delegado é narrado com toda a sua dramaticidade pelo entrevistado, que, na oportunidade, poderia ter escapado da prisão mas preferiu ficar ao lado dos acampados:

*“(...) Depois de ter trabalhado durante sete anos na Paróquia [de Nossa Senhora da Glória], eu decidi também visitar os acampados e assim (...) começou a vida da gente aqui na Barra da Onça. (...) A gente vinha visitar os acampados na beira da estrada, só conhecia algumas pessoas. E pouco depois que a gente estava conversando com eles chegou então a polícia pra despejar esse povo (...). Eu podia ter escapado, porque o delegado me chamou e disse:*

*- Olha é bom o senhor se afastar daqui.*

*Eu digo:*

*- Não posso não, como eu sou um cristão, eu tenho que saber o que o senhor vai fazer aqui. (...) Ele disse assim: - O senhor está preso.*

*(...) Me levaram pra cadeia e lá a gente esperou 10 a 15 minutos, depois trouxeram um outro companheiro, Rubens [Bispo dos Santos], que foi também um companheiro de luta. Depois tiraram ele da cela e começaram a judiar, colocaram ele por baixo do chuveiro, foram pegar um pedaço de pneu de caminhão e começaram então a surrar ele. Eu quando vi ele, eu mandei ele fechar o bico, (...) começaram a dar chute nele, depois socos e derrubaram, pisaram e quebraram até uma costela do coitado. O delegado vendo a gente olhar as coisas, disse:*

*- O senhor também.*

*Eu disse:*

*- Sim, senhor.*

<sup>11</sup> OLIVEIRA, Neilza B. de - op. cit., p. 288-289.



*Me tiraram também da cela e começou. Mas eu não ficava por baixo do chuveiro não, a gente sabe que ficar por baixo do chuveiro a água tira as manchas do corpo.*

(...) Depois nos levaram pra Glória e também ficamos na prisão em Glória, fiquemos até umas horas da madrugada, quando o padre chegou (...).

No outro dia a gente veio aqui no Poço Redondo, buscar a moto, trazer as ferramentas dos trabalhadores e fomos solto, mas no mesmo dia que era no domingo, tínhamos a reunião também no sindicato, os companheiros já tinham avisado o pessoal do Partido dos Trabalhadores lá em Aracaju, que vieram nos buscar. Nós fomos (...) na imprensa, (...) na televisão, nós fomos no médico também, não é, pra registrar (...) a queixa e também as pancadas. (...) E daquele dia por diante então larguei meu emprego lá na cidade e entrei aqui na Barra da Onça, até hoje”.

A repercussão das notícias sobre a violência policial, na imprensa sergipana, em torno da expulsão das famílias que ocuparam a Fazenda Barra da Onça, bem como o relato das torturas sofridas por Guido Branco e Rubens Bispo repercutiram positivamente na Assembléia Legislativa e na opinião pública, em favor dos trabalhadores rurais, principalmente por conta da atuação do Comitê de Apoio Permanente à Luta dos Trabalhadores Rurais, imediatamente contatado por João Sessenta, presidente do STR de Nossa Senhora da Glória, e Raimundo Cavalcante, então assessor da CUT. O Comitê era composto por partidos políticos, sindicatos, entidades estudantis e de bairros, tendo importante papel de interlocução nos conflitos agrários durante a “Nova República”, inclusive conseguindo, junto ao vice-governador Antônio Carlos Valadares, a libertação daquelas lideranças presas.

Nos artigos dos principais jornais sergipanos da época, está evidenciado que o objetivo maior da ação policial, por pressão do prefeito de Poço Redondo, Alcino Alves, era as prisões do líder sindical Dionísio Cruz e de Raimundo Cavalcante, que estiveram à frente da primeira ocupação da área, inclusive com denúncias de ameaça de morte ao primeiro por fazendeiros da região<sup>12</sup>.

É o momento em que se estrutura no estado de Sergipe o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tentando constituir quadros políticos em Sergipe, este movimento elegeu como representantes os grupos de Poço Redondo e de Nossa Senhora da Glória, num momento em que há um distanciamento entre a CPT e o grupo de Poço Redondo. Ao escolher como sede a cidade de Nossa Senhora da Glória, o MST reiterou o apoio, inclusive enviando Dionísio Cruz e Eudósio do Grupo de Glória para o Estado do Paraná, a fim de aprofundar o intercâmbio de experiências entre os trabalhadores rurais sergipanos<sup>13</sup>.

Na fala do depoente transparece a preocupação com a formação de quadros por parte do MST, contando sobre sua participação na Escola de Formação de Teixeira de Freitas na Bahia, além de cursos no Espírito Santo e São Paulo:

*“No início de nossa luta aqui, o movimento dos sem-terras aparecia, tentava organizar, eu mesmo fiz parte durante vários anos do movimento, né, MST à nível estadual. A gente também ia em reunião e fazia curso também na Escola de Teixeira de Freitas, a gente participava de congresso lá em São Paulo, Diadema. A gente foi várias vezes em Brasília”.*

<sup>12</sup> **Jornal de Sergipe**. Aracaju, ano VIII, nº 2.141, 9 de outubro de 1985, p. 2 e nº 2.182, 28 de novembro de 1985, p. 2.

<sup>13</sup> É importante observar que as divergências entre a CPT e o MST se aprofundaram até que se efetiva a ruptura durante a ocupação de Cruiri, no município de Pacatuba, em 5 de fevereiro de 1989.

Em outro momento da entrevista, Guido expôs que a participação dos assentados nas reuniões e cursos promovidos pelo MST possibilitou o início da organização em Barra da Onça, no sentido de uma sedimentação político-ideológica, mas registrou os conflitos para a implantação de um projeto coletivo:

*“Aqui na Barra da Onça o Movimento dos Sem Terra nós estava a custo de fazer as reuniões debaixo daquele umbuzeiro, umbuzeiro bem na entrada aqui da nossa estrada (...). É bom também para ter uma lembrança de ver onde é que a gente fazia então as nossas primeiras reuniões. A gente vê também pelo Movimento como que a gente podia se organizar aqui no assentamento(...). Mas infelizmente a maioria das pessoas queria só a terra e pouca coisa de organização. Algumas pessoas ainda têm na cabeça, que tem a terra, tem os recursos e depois pode voar por si mesmo, sozinho. Aí a gente sabe que o mundo não é feito pra uma pessoa, nem duas, não. O mundo é feito pra todas as pessoas e organização também. A gente vê também que o Movimento começou então a mostrar para o pessoal a diferença que tinha entre a classe dominante e a classe também sofredora que é a classe dos trabalhadores”.*

Após a conquista da terra com a desapropriação da fazenda Barra da Onça, no dia 27 de junho de 1986, e a imissão de posse em 19 de agosto do mesmo ano, os trabalhadores rurais debateram a forma de organização que deveria ter o projeto de assentamento a ser implantado. Novamente afloraram as divergências na propostas dos diferentes grupos envolvidos na ocupação, especialmente em torno da exploração coletiva da terra. Nesta direção, durante os anos de 1986 a 1988, lideranças do grupo de Poço Redondo criaram a Associação Camponesa de Poço Redondo. Contudo, não havia consenso entre os assentados sobre a exploração coletiva da terra, ocasionando a proliferação de associações para a comercialização das produções agrícola e pecuária.

Essas contradições foram expostas na fala de Guido Branco, especialmente sobre o problema da gestão dos recursos provenientes do governo federal, dos organismos não-governamentais (ONG's) e das próprias associações. Mas o grande problema para o melhoramento da produção é a falta de incentivo do governo:

*“Aqui na Barra da Onça a gente então se organizou por meio de associações e tem várias associações. A nossa se chama Associação dos Pequenos Proprietários Rurais da Barra da Onça. E a gente iniciou esta associação somente com sete famílias. Vocês podem perguntar: porque somente sete famílias? É porque você vê, mesmo entre os próprios trabalhadores tem divergência (...). E o pessoal que devia nos repassar os recursos então colocava as mãos também né no meio dos recursos. Aqui tentamos também fazer caixa (...), e o dinheiro desaparecia. Então, fomos obrigados a formar essa associação e trabalhemos assim alguns meses somente com sete famílias. E era trabalho comunitário, né, uma vez por semana. (...) A gente não permitiu que a nossa associação fosse para formar uma grande associação. Hoje nós temos cerca de 30 e poucas famílias”.*

*“O governo quando viu que estava dando certo, que a gente começamos a trabalhar nos projetos comunitários, então cortou aquelas verbas. Como a gente vê o governo quer ver a gente produzir com pouca coisa, quando o governo (...) gasta, não é, (...) quantidade de dinheiro, não é, pra fazer (...) só obra, mas a gente sabe que a gente não é tijolo, não come papel”.*

Apesar disso, os trabalhadores rurais implementavam estratégias para pressionar a liberação de recursos para o assentamento, nas quais percebemos influência evidente das práticas do MST:

*"No início fomos (...) obrigados a ocupar o Banco Banese ou o Banco do Nordeste lá em Glória. Fomos uma faixa de cem pessoas e fomos ocupar o Banco. O gerente não queria soltar os recursos para nós, chamou a polícia, mas já estávamos prevenidos(...). Eu mesmo ficava sempre atrás do gerente e dizia se começar a mandar bater, a gente também prende ele e manda parar as coisas. Mas tudo foi bem. Ficamos até umas nove horas da noite e o pessoal de Aracaju então veio para resolver esse problema e depois começamos então receber os nossos recursos".*

Atualmente, vários projetos de beneficiamento do assentamento Barra da Onça esperam a liberação de recursos dos governos estadual e federal, ainda que seja notória a importância dele para o desenvolvimento do município de Poço Redondo. Mas como lembrou Guido: *"a gente tem paciência demais"*.

Por outro lado, Guido expunha, na entrevista, que a luta social deveria transpor o sindicato e o assentamento e propor uma mudança mais profunda da sociedade como um todo, através de um partido político dos trabalhadores. Em sua fala, fica evidenciada a dificuldade de se organizar os trabalhadores rurais em torno de um partido político de esquerda, o Partido dos Trabalhadores, no sertão sergipano. É importante lembrar que os primeiros diretórios do partido em Sergipe foram os de Poço Redondo, Propriá e Aracaju, demonstrando que a efervescência política da transição à democracia agitou também aquela região, no início dos anos 80, principalmente por conta da atuação de pessoas ligadas à Pastoral da Terra da Diocese de Propriá:

*"A respeito do Partido dos Trabalhadores aqui em Sergipe, eu já fui o primeiro vice-presidente do Partido (...). Fundamos o partido também lá em Nossa Senhora da Glória com outra turma de companheiros. Eu fui presidente várias vezes, depois eu passei a ser tesoureiro também e atualmente ainda estou trabalhando como membro efetivo (...) do Partido aqui em Nossa Senhora da Glória. No início, (...) a gente sofremos bastante, porque naquela época onde a gente chegava pra fazer um comício, o pessoal dizia a polícia já vai prender vocês. A gente sempre trabalhava assim, o pessoal nos prejudicando, mas mesmo assim depois de tantas lutas, de sofrimento, então a gente conseguimos, né, fortalecer o Partido aqui no Estado de Sergipe".*

Ainda que militante ativo do Partido dos Trabalhadores, o entrevistado não poupou críticas aos desvios de determinados setores partidários que se afastaram das bases, quando de sua experiência como assessor do deputado estadual pelo partido, Renatinho:

*"Eu mesmo fiz parte durante dois anos, quase dois anos, eu já fui assessor do deputado Renatinho, assessor aqui no campo. Eu mostrei a ele que trabalhador é aquele que fica também na base, eu que trabalho no assentamento, passando mau como povo, trabalho no sindicato, faço parte do sindicato com os trabalhadores. A gente do partido tem que ser também mantido com as pessoas que a gente conhece ao nosso redor e mostrar a ele que a vida de um petista. Ser um assessor é aquele que vive sempre perto do pessoal, que não vive lá longe, não é, que só visita o pessoal de vez em quando".*

Em seu balanço sobre as perspectivas do assentamento, o entrevistado ressaltou a importância econômica do assentamento para o município de Poço Redondo, onde não havia sequer feira. Mas um dos pontos que mais o preocupou foi a questão da juventude. Militando no movimento dos jovens da Paróquia de Nossa Senhora da Glória, Guido Branco tenta conscientizar essa parcela da população sertaneja para que ela mantenha as conquistas de seus pais:

*“Eu quero que (...) a juventude também fique aqui na Barra da Onça (...), porque se o jovem sai aqui da Barra da Onça, estamos perdidos. Os velhos não vão agüentar muito tempo, não é?”.*

Neste sentido, o depoente critica a distância da universidade para com os problemas dos sertanejos, principalmente no sentido de orientá-los para soluções alternativas. Talvez a ampliação da sua atuação junto ao homem do campo, fosse o início da fixação da juventude no sertão sergipano.

### **As disputas da memória na ocupação da barra da onça**

Na entrevista de Guido Branco, as questões relativas aos principais elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva, emergiram com bastante vigor. Através dela podemos mapear os *acontecimentos* e *personagens* mais significativos da construção de uma identidade social ligada às classes subalternas em Sergipe durante a experiência da reconstrução democrática, especialmente a participação de instituições que lhe dava sustentação: sindicatos, partidos, igreja católica e movimentos sociais. O historiador tem, assim, a possibilidade de perceber as diversas estratégias de mobilização e luta dos trabalhadores rurais e dos agentes mediadores, bem como da caracterização dos assentados enquanto membros de uma comunidade camponesa, com contradições e especificidades.

Neste sentido, o depoente revela a centralidade da ação da Igreja Católica, através da CPT e do MEB, vinculados à Diocese de Propriá, na região do Baixo São Francisco, expressando a transição de uma prática assistencialista para uma ação social transformadora, na sua relação com os trabalhadores rurais, que se fazia em consonância com a conjuntura nacional e internacional.

É fundamental reiterar que a comunidade outorga a determinados indivíduos a tarefa de registrar os principais acontecimentos a serem lembrados, geralmente aqueles que, por um motivo ou outro, se envolveram mais diretamente, em algum momento, da ocupação da terra. Durante a realização da entrevista, perguntamos a um vaqueiro se havia interesse de sua parte em registrar um depoimento. Ele respondeu que a pessoa mais indicada é o “seu” Guido, por sua experiência e desenvoltura em narrar os acontecimentos sobre Barra da Onça. Esses também foram os argumentos de Gildete dos Santos (Detinho), também entrevistado pelo projeto e presidente da Associação dos Trabalhadores Com Terra da Barra da Onça, para indicar o depoente como interlocutor na pesquisa. Em seu registro dos *lugares* a serem recordados, que marcam os difíceis momentos da luta pela terra, Guido Branco destacou, talvez por seu envolvimento direto, o cruzeiro, o umbuzeiro e a pia natural. Neles se reforçam os laços de solidariedade existente entre a comunidade, amalgamados pela religiosidade cristã na luta social, tanto no passado bíblico, como no presente da reforma agrária:

*“Este cruzeiro foi implantado alguns dias depois da nossa entrada aqui na Barra da Onça. Pessoal podia perguntar porque esse cruzeiro? Uma cruz, é claro, a cruz, aquela cruz do sofrimento e da luta e, ao mesmo tempo, também o símbolo da vitória. Nós vimos que aqui sem as armas, não é, vencendo então as dificuldades, conseguimos também adquirir nossa terra. A gente viu também que esse cruzeiro foi feito com um pé de árvore aqui da Barra da Onça. E por que o cruzeiro? Porque o cruzeiro também representa que somos (...) cristãos. Foi um povo cristão, então, que conquistou a sua terra pra nos lembrar que na Bíblia sempre fala também de conquista da terra”.*

Em outra passagem da entrevista, já citada anteriormente, percebemos a intenção de lembrar que as reuniões com os sindicatos, o MST e o PT eram realizadas debaixo do pé de umbuzeiro na entrada do assentamento:

*“Aqui na Barra da Onça o Movimento dos Sem Terra nós estava a custo de fazer as reuniões debaixo daquele umbuzeiro, umbuzeiro bem na entrada aqui da nossa estrada (...). É bom também para ter uma lembrança de ver onde é que a gente fazia então as nossas primeiras reuniões”.*

Já a importância da pia natural era eminentemente prática na luta pela sobrevivência nos primeiros dias da ocupação, pois era *“um dos únicos lugares onde a gente podia apanhar água, (...) perto (...) do (...) local de trabalho”.*

Temos ainda a festa de comemoração do dia da ocupação de Barra da Onça que é realizada todo 23 de setembro, com a participação dos trabalhadores rurais, dos sindicalistas, do PT, do MST, do pessoal da Igreja Católica, de todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a conquista da terra. A comemoração aqui é encarada como elemento central da construção da identidade e está fundada na memória, no sentido de perpetuar a lembrança do dia do início da luta pela ocupação da terra<sup>14</sup>.

É interessante observar que, em sua entrevista registrada no projeto, Dionísio Cruz, um dos líderes do grupo de Poço Redondo, lembra que o dia da ocupação previsto nas reuniões preparatórias foi o dia 22 de setembro - dia da morte de Antônio Conselheiro -, como forma de homenagear a experiência igualitária de Canudos. Este resgate histórico de Canudos, como exemplo de reforma agrária possível no final do século passado, é retomado pelo MST, em Sergipe, quando da ocupação da fazenda Quissamã, de propriedade da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), em 1991. Após a conquista da terra em Quissamã, foi criado o Centro de Capacitação Canudos (CECAC), que forma militantes do MST de todo o Nordeste, com cursos periódicos.

A interpretação da história de Canudos elaborada pelos trabalhadores rurais deve ser inserida na emergência de vozes alternativas à da memória instituída, articulada com as lutas sociais e às relações de poder na construção de identidades sociais do período de transição à democracia. Como todo programa político está intimamente relacionado a um projeto de reconstrução do passado, o caso de Canudos tornava-se emblemático para os diferentes projetos políticos em confronto naquele momento histórico, especialmente face à emergência cada vez mais intensa de uma consciência camponesa que interpelava (e interpela) toda a sociedade brasileira. Inserida na invenção de uma tradição revolucionária dos movimentos sociais na história do Brasil, o movimento sócio-religioso de Canudos surge, assim, como verdadeiro cimento ideológico para as lutas camponesas que renascem no Contestado, nas Ligas Camponesas, nas ULTABs (União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil), lideradas pelo Partido Comunista Brasileiro, nas décadas de 1950 e 1960, nos sindicatos de trabalhadores rurais e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral, Comemorações e Ética. In: **Projeto História**. São Paulo, (15), abril 1997, p. 157.

<sup>15</sup> Sobre o assunto, ver meu artigo Canudos Plural: Memórias em Confronto nas comemorações dos centenários de Canudos (1993-1997). In: **Universidade e Sociedade**. ano VII, n. 14, outubro de 1997, p. 101-115.

Isso nos mostra que se a memória é um fenômeno construído social e individualmente, ela é também um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, no sentido em que é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Entretanto, a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais que opõem grupos políticos diversos existentes no assentamento. As disputas sobre a memória do assentamento se manifestam tanto no “*esquecimento*” de Guido Branco sobre o fato da sede da antiga fazenda de propriedade de Antônio Leite estar preservada tal qual a chegada dos primeiros ocupantes do Grupo de Poço Redondo, no sentido de lembrar também da conquista da terra, como de que o nome de uma das escolas do assentamento é do antigo proprietário, comprovando a presença de indivíduos próximos das oligarquias políticas da região<sup>16</sup>.

A entrevista proporcionou um rico painel das ações do ator na história, percebendo seus limites e suas potencialidades transformadoras na contemporaneidade, desvelando os conflitos e contradições em torno da memória e da identidade social da comunidade sertaneja. Isto demonstra a importância da análise das memórias coletivas como a forma que deve tomar uma história que se pretende contemporânea, na medida em que a história está se transformando em *histórias*, histórias plurais. Como afirmou o historiador Pierre Nora, doravante a história será escrita sob a pressão das memórias coletivas, especialmente dos grupos sociais marginalizados com suas memórias subterrâneas se contrapondo à memória que se quer nacional<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: op. cit..

<sup>17</sup> NORA, Pierre. Memória Colectiva. In: LE GOFF, J. , CHARTIER, R. & REVEL, J. (sob a direção de). **A Nova História**. Coimbra: Edições Almedina, s/d.